

Aula 6 – Articulando produção e reprodução. Os conceitos de divisão sexual do trabalho e de relações de gênero

11/09/17

Temas para Abrir o Debate: Sugestões colhidas nos informes de leitura
(Cf. Seleção e sistematização de Nadya)

Uma observação preliminar:

Caras e caros, os 25 informes trouxeram aspectos extremamente interessantes para debate. Cabendo-me sistematiza-los, ao menos tentativamente, para socializar as ótimas ideias, e sabendo que não estaria aí para apresentar a sistematização, de algum modo propositadamente me estendi um pouco mais que nas vezes anteriores. Espero que as muitas paginas onde tento alinhar e fazer dialogar os pontos que vcs levantaram possam revelar a riqueza dos mesmos.

1. Em torno ao texto de E. Goffman – “The arrangement of sexes”

➤ Cf Ana Helena: “Goffman fala sobre o poder feminino e empoderamento na esfera afetiva, para ele, no âmbito da corte o homem se submete ao poder feminino”. AH discorda por considerar que “a mulher foi e em alguns casos ainda é objeto de valor para o homem.”

Cf Beatriz Briguglio: Tal construção (“sex classes”) parece referir-se a um conceito que entende o sexo como uma relação de classe, ou seja, em que um só se determina a partir do outro, em que só existe um porque existe o outro.

Penso que a primeira colocação, de Ana Helena, nos permite refletir um pouco melhor sobre o próprio conceito de “arrangement of sexes” empregado por Goffman no texto.

Em primeiro lugar, chamo a atenção para o fato de que Goffman inicia seu texto estabelecendo o enquadramento que pretende dar à abordagem que fará do assunto: “abordá-la da perspectiva das situações sociais, e da ordem pública que nelas se internaliza”. E ele segue adiante – para não deixar dúvidas ao leitor sobre o seu partido analítico – definindo “situação social” como uma arena física qualquer, na qual uma pessoa que ali adentra encontra-se exposta à presença imediata de uma ou mais outras pessoas, todas elas sujeitas ao desafio da mutua vulnerabilidade”

Em Goffman, tanto quanto (em certa medida) para Kergoat, há uma constante, reconhecida no ponto de partida de ambos. Para ele, como para ela, o sexo está na base de um código fundante, sobre o qual se erigem interações e estruturas sociais, e que nutre as concepções dos indivíduos sobre a natureza humana. Nesse sentido, o desafio não estaria (para ele) em entendermos as consequências sociais das diferenças biológicas de

sexo, mas o modo pelo qual tais diferenças sustentam/embasam/garantem/asseguram os arranjos sociais e (sobretudo) o modo pelo qual a construção institucional, produto da vida social, torna tais arranjos cabíveis (numa forma de “reflexividade institucional”).

Em segundo lugar, e não sem razão, a ideia de “grupos de sexo”, mais precisamente “sex classes” será chave nesse texto. Gênero, identidade de gênero (ideais de masculinidade e feminilidade), subculturas de sexo etc etc giram em torno dessa ideia. E isso me leva ao ponto proposto por Bianca.

Mas, será que esta noção de “sex classes”, literalmente “classes de sexo” quer se referir, como propõe Bianca para nossa discussão, a um entendimento do “sexo como uma relação de classe”? Ou (para reagir provocativamente) não será o caso de encarar o que ele quis dizer com mais simplicidade, traduzindo-o literalmente do inglês: “sex classes” seriam “classes de sexo” ou “grupos de sexo”, se quisermos evitar o anglicismo.

Mais além da provocação (em que dei à proposta de uma questão teórica uma solução pela via da mera tradução), penso que se poderia colocar sobre a mesa um outro aspecto interessante, talvez, por nos ajudar a desatar o nó desse ponto, sem irmos “tanto ao mar”.

Vejamos: Goffman vai tomar as situações sociais (naqueles termos em que ele fez o enquadramento teórico logo na abertura do seu texto) como ponto de partida para a sua reflexão; nesse sentido, a dimensão relacional é chave para a sua abordagem interacionista.

Mas será que o seu texto/ seus exemplos / sua análise comportam a diferença proposta por Kergoat entre “rapports” e “relations”? (uma diferença facultada pela sutileza do vernáculo francês, e que imagino Helena tenha abordado na parte expositiva da nossa aula de hoje, até mesmo porque sobre isso havia uma demanda de esclarecimento por parte de Bruna Padilha).

No caso de Kergoat, relação social (traduzida no nosso bom mas restrito português, mas retendo essa dualidade do francês) é tensão, produz antagonismo, estabelece, por isso mesmo, grupos de interesse antagônicos.

Nesse sentido – e comento uma pergunta de Bruna Padilha – a mera análise, mapeamento das desigualdades entre grupos de sexo (ou a descrição das formas pretensamente complementares de trabalho, doméstico e profissional) seria insuficiente (e perderia o poder radical, contestador do conceito de divisão sexual do trabalho) por não reter aquela dimensão de análise que, para Kergoat, é central, qual seja, a da diversidade dos interesses entrelaçados, que a desigualdade produz, e o conseqüente antagonismo entre os grupos de desiguais.

Entretanto, reconhecer o antagonismo como fundante da relação social de sexo (e estruturante da divisão sexual do trabalho), **não** faz com que as relações de dominação de sexo (fundadas nos princípios da separação e da

hierarquização) possam (ou devam) ser diluídas, transmutadas, retraduzidas em relações de classe...

Ao contrário: Kergoat é muito clara em sublinhar (e tratarei desse ponto adiante e certamente Helena tratou disso em classe antes) a necessidade de pensarmos “o conjunto das relações sociais em sua simultaneidade” (grifos meus a um trecho dela).

Ou seja, há que sempre ter em mente que as relações que se expressam em distintas formas de dominação são diferentes por sua natureza (sexo e classe, no caso em questão, são relações de dominação de diferente natureza). Ademais, há que lembrar que a modalidade (o modo particular) pela qual tais relações se imbricam varia no tempo e entre sociedades (ver adiante comentário nesse sentido); daí porque a natureza de tal consubstancialidade é socialmente construída.

Ou seja, estamos desafiados a descobrir, em cada caso concreto, em cada modalidade concreta, para usar as palavras de Kergoat, que dimensões constituem/formam o conjunto de relações sociais consubstanciais relevantes num tempo/espço.

É claro que Kergoat tem um partido neste texto: sexo e classe são sempre relevantes. Entretanto, como o são (ou seja, como tal relevância se constrói) e como se mostram articuladas simultaneamente com que outras relações, isso é o que se trata de descobrir nos diferentes estudos de realidades particulares.

Nesse sentido, talvez o silêncio da autora quanto às desigualdades e formas de opressão racial seja desconcertante para os que analisam realidades em que tal dimensão sempre foi consubstancial ao modo como se tecem as relações sociais em geral... e certamente este é o nosso caso.

- Marcel desdobra o argumento de Goffman, e nos chama a atenção para um aspecto interessante (no mesmo campo de seu próprio interesse de pesquisa, a partir do qual vem refletindo nas últimas aulas) . Diz ele:
 - (i) A expressão da condição desvantajosa das mulheres pela via da cortesia e do cortejo sexual me chamou especial atenção, pois creio que seria possível modular essa ideia para outros acordos firmados em interações face a face, tais quais, os econômicos. Assim, se “as mulheres se adornam a partir de noções recebidas sobre a atratividade sexual e se fazem disponíveis à apreciação pública”, parece razoável perguntar, em primeiro lugar, se as mulheres se adornam de maneira especialmente feminina com vistas a incrementar suas chances no estabelecimento de acordos econômicos. O exemplo das secretárias em busca de empregos indicaria que sim.
 - (ii) Em segundo lugar, seria preciso descrever de que maneira a representação do feminino se faz em situações de interação em arenas econômicas. E aqui imagino que há algo complexo na atualidade, pois, dada a subrepresentação das mulheres em certos setores econômicos e a conseqüente pressão que se instalou em determinadas empresas, a mulher pode acionar noções, não sobre o feminino, mas sobre o

“feminismo” para incrementar suas chances de sucesso. Em lugar dos adornos direcionados ao cortejo sexual, por exemplo, pode-se falar em “empoderamento feminino” como, de fato, fala o 6º Fórum Empreendedora que terá lugar, em setembro, durante a V Virada Empreendedora de SP.

(iii) Pensar nessa via mostra o quão poderosa pode ser a noção de reflexividade institucional proposta por Goffman. Ou seja, parece razoável pensar, naquele caso das empreendedoras, em termos de uma reflexividade institucional que vem produzindo a diferença em lugar de combatê-la – paradoxalmente, por meio do elogio do grupo das mulheres.

➤ Tainã Gois reflete com Goffman em direção muito distinta de Marcel, mas nem por isso menos interessante. Diz ela, a propósito da cultura do estupro:

(i) A descrição dos *courtship complex* e do *courtesy system*, por exemplo, demonstra claramente como a cultura do estupro não é um desvio de nossa sociedade, senão o ponto limite da maneira como opera uma sociedade estruturada na divisão dos sexos. Ao homem é garantida a posição de caçador, que deve dobrar a resistência de sua presa por meio de sua força e imponência. Do outro lado, é colocada a mulher na contraditória posição de presa lisonjeada: ao passo que deve resistir ao sexo como algo impuro, deve se sentir agradecida por ser desejada e ter o direito de cumprir seu destino social.

(ii) A partir disso, podemos extrair que a cultura do estupro não decorre só da distinção social entre uma figura envolta em poder físico e psicológico e outra determinada como frágil, mas a própria culpabilização da mulher e as dificuldades de lidar com a questão publicamente – considerando que grande parte das violências contra a mulher acontecem em ambientes privados, onde em qualquer classe o homem tem seu domínio, segundo Goffman – tornam-se alicerces da cultura do estupro a impunidade.

(iii) Sendo a cultura do estupro a própria lógica de pareamento de casais em nossa sociedade, o único estupro que é mal visto socialmente é o público. O reprovável, portanto, não parece ser exatamente a violação do corpo da mulher, mas a violação do espaço público com a lógica do privado.

(iv) Considerando esta reflexão anterior, procura articular a questão colocada a propósito dos rituais de corte e dos sistemas de cortesia e seu avesso perverso, identificado pelo nome de cultura do estupro, com a segmentação entre espaço público e espaço privado, de forma a articular as suas bases materiais: corpo e trabalho. Quando Kergoat situa a divisão sexual de trabalho no capitalismo como a separação dos lugares e tempos de produção e reprodução, determinando o que é o trabalho doméstico como inseparável do trabalho assalariado, e colocando ambos como interdependentes desde que separados, Tainã sugere que se pode começar a entender como a violência contra a

mulher é necessária para a manutenção da lógica do espaço privado, ao passo que sua transferência para o público é de extrema nocividade para a manutenção do livre trabalho assalariado.

- Já Paula Figueiredo reage à leitura de Goffman de uma forma menos positiva. Destaco alguns dos pontos por ela levantados:
 - (i) A alusão feita pelo autor ao poder das mulheres, ao referir-se à corte, ao casamento e ao sistema de cortesias, foi motivo de sua crítica. Assim, entende que, quando o autor fala destes assuntos, embora busque atribuir um poder às mulheres, faz uso de expressões objetificantes e/ou que indicam, em certa medida, passividade, tais como *“makes herself available for review in public”* (p.309), *“bestow sexual favors”* (p.310) *debase the coin”* (p.310) *“allowing access to themselves”* (p.330).
 - (ii) Para Goffman, as mulheres têm o poder de alongar ou abreviar a corte. Paula se indaga, a qual poder se refere exatamente Goffman, quando, ao fim e ao cabo, os limites colocados pelas mulheres são, muitas vezes, desrespeitados pelos homens – e, contam, como o próprio Goffmann demonstra, com um sistema social que constrói e valida muitos destes comportamentos. Parece-lhe mais um uso tático (no sentido sugerido por Certeau) das relações de dominação, do que propriamente uma esfera em que o poder se inverte e passa a ser das mulheres.

2. Em torno ao texto de D. Kergoat – “Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe”

- “Se as oposições binárias são produtos de construções sociais, e vivemos em uma sociedade patriarcal, não existe negociação nem arranjo”, tal como sugere Ana Helena?

Juliana Wruck nos propõe um debate relativamente próximo quando se indaga: é possível promover mudanças na relação entre os sexos? Será que a resposta está em projetar e compor novos olhares sobre o sistema binário? Se sim, de onde partiríamos? Afinal, reconhecer as diferenças é importante, mas, o reconhecimento, por si só, não altera o sistema de dominação vigente.

Uma boa discussão pode ser colocada se tomamos como ponto de partida esta afirmação de Ana Helena, ou mesmo a indagação de Juliana Wruck. Penso que tal discussão poderia ser formulada nos seguintes termos: à primeira vista, parece haver uma contradição no argumento de Kergoat; com efeito, a autora parte do reconhecimento da existência de um dado estrutural permanente (que perpassa toda a história da humanidade), qual seja, a existência de uma divisão social do trabalho assentada na repartição e na hierarquia entre sexos; mas, e ao mesmo tempo, Kergoat afirma que este fenômeno (o da divisão sexual do trabalho) é uma construção social e não uma contingência biológica.

O bom ponto para discussão poderia ser: como sair desse imbróglio? Enquanto construção social esse é um fenômeno transitório, porque passível de ser reconstruído socialmente. Mas enquanto dado estruturante da organização social (especialmente toda aquela baseada na família) esse é um fenômeno permanente, que transcende sociedades e tempos históricos.

Acredito que a porta de saída para essa aparente contradição nos é indicada por Kergoat (na pag 68) na forma de uma “quase teoria das formas” (penso eu, ao modo Simmeliano): se os princípios organizadores da divisão sexual do trabalho (separação e hierarquização) permanecem os mesmos, as modalidades dessa divisão variam fortemente no tempo e no espaço. Ou seja, há uma pista para entender a tensão analítica entre permanência (dos princípios) e mudança (nas modalidades de divisão sexual do trabalho) – nos termos de Bruna Martinelli, a dialética entre invariantes e variações, estudando seus deslocamentos ao longo do tempo. Essa pista que vejo no texto nos mostra a porta de saída para recuperar-se a historicidade desse conceito.

Assim sendo, será mesmo, como sugere Ana Helena, que nem “negociação e nem arranjo” seriam possíveis? Ou, ao contrário do que ela mesma afirma, dado que as modalidades variam – sempre e fortemente, no tempo e entre sociedades – o que se coloca para nós, estudiosas, é o desafio de investigar e teorizar o modo pelo qual os arranjos são sempre (num moto

constante) socialmente (re)construídos, de maneira a negociarem-se (sob diferentes formas) as relações entre sexos em âmbitos-chave para os (constantes) processos de separação e hierarquização. A própria Kergoat nos indica dois domínios onde tais arranjos/negociações seriam possíveis, e retomo, detalhando-os um pouco mais que a autora o fez (na pg. 68): o primeiro desses domínios concerne à concepção acerca do trabalho reprodutivo e seu lugar; e o segundo concerne às formas/condições/intensidade da incorporação da mulher no trabalho mercantil.

Não sem razão, mais adiante no seu texto (na pag 73), quando pensa do ponto de vista epistemológico e das suas consequências políticas, Kergoat dirá: *“novas tensões geradas na sociedade [...] deslocam as questões e permitem potencialmente deslegitimar as regras, normas e representações que apresentam como grupos “naturais” os grupos sociais constituídos ...”*

Acredito que isso nos leva em cheio a produzir uma resposta a uma indagação de Bruna Martinelli – e cito: “De que modo acontece a valorização ou a depreciação de um tipo de trabalho em detrimento de outro? Que mecanismos sociais são mobilizados para se construir tais noções? ... Ou sempre é o caso das mulheres serem endereçadas a atividades precárias? “

Ou seja, Kergoat diria que regras podem ser deslegitimadas; normas e representações postas em questão. Nesse sentido, não há “lugares cativos”, ou seja, posições sociais/lugares na estrutura do mercado de trabalho, por exemplo, permanentemente associadas aos grupos de sexo. O ponto de vista epistemológico conduziu, portanto, a sua autora a refletir sobre as consequências políticas, produzindo uma análise em nada determinista, estruturalista, economicista no sentido estreito (“sem cristalizar a mulher no emprego em tempo parcial”, por exemplo, para retomar o desconforto expresso por Bruna Martinelli ...)

Talvez essa linha de argumentação encontre o seu limite no comentário de Carla Benitez sobre a existência, nesse texto de Kergoat, de uma “definição categórica para relações de sexo, com pretensões universalistas e não adstrita a sociedades capitalistas” (Nayara vai mais longe e chega a sentir o sabor de um certo etnocentrismo no modo como Kergoat trata a contribuição das antropólogas feministas francesas!)

Com efeito, e retomando o argumento de Carla, Kergoat inicia o seu verbete de modo incisivo afirmando que a divisão sexual do trabalho é uma relação de poder “dos homens sobre as mulheres”, e que “tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)”. Isso, sem dúvida, joga água no moinho do argumento de Carla.

Mas é certo, também, que ela conclui o verbete afirmando que *“considerar apenas o elo de dominação homem-mulher e as lutas contra ele é*

insuficiente para tornar inteligíveis a diversidade e a complexidade das práticas sociais masculinas e femininas” (grifos meus). Na esteira dessa perspectiva, é que Kergoat poderá afirmar: *“assistimos a um aumento dos capitais econômicos, culturais e sociais de uma proporção de mulheres ativas que não pode ser desconsiderada. Vemos surgir, assim, pela primeira vez na história do capitalismo, uma camada de mulheres cujos interesses diretos (não mediados como antes pelos homens: pais, esposos, amantes etc. [e os grifos novamente são meus]) se opõem frontalmente aos interesses daquelas [mulheres, reitero para sublinhar o argumento] abrangidas pela generalização do tempo parcial, dos empregos muito mal remunerados e não reconhecidos socialmente e, em geral, mais atingidas pela precariedade.”*

- . Talvez isso nos levasse a dizer que o texto ganharia em precisão e poder analítico se (i) mantivesse a caracterização dos princípios que ordenam uma divisão do trabalho, qualquer que seja a ela/a base material, ou seja, “separar” e “hierarquizar”, (ii) sem acrescentar a esses princípios uma direção necessária em qualquer momento histórico
- Ticiane Natale indaga: Quando **Kergoat**, diz “essa relação social [...] é estruturante para o conjunto do campo social e transversal à totalidade desse campo, o que não é o caso do conjunto das relações sociais” (p. 71), qual seria o critério para uma relação ser ou não ser estruturante?
- Mariana Mazzini agrega alguns outros pontos interessantes para este debate.
 - (i) Um primeiro diz respeito à contribuição do conceito de “práticas sociais” para a compreensão desse enquadramento teórico proposto pela autora, especialmente no que diz respeito à mediação entre *rapport* e *relations*. Será que o esquema teórico pode prescindir dessa esfera de mediação, a qual é fundamental para compreender tanto a permanência dessas relações sociais e sua base material, quanto as possibilidades de transformação?
 - (ii) Um segundo ponto diz respeito à contribuição do conceito de ideologia para a definição desse sistema debatido pela autora. Kergoat assinala que: “essa construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica”. Dai talvez se possa depreender que a autora manifesta maior preocupação em afirmar a importância da base material do que em valorizar a dimensão ideológica. Entretanto, Mariana entende que a dimensão ideológica enriquece o sistema descrito por Kergoat, valorizando a importância da mobilização de significados tanto para estabelecer e legitimar relações de dominação (ao modo de THOMPSON, 1995), quando para desafiá-las e transformá-las (ao modo de FAIRCLOUGH, 1985).
 - (iii) Outro conceito que pode contribuir com um enquadramento mais complexo dessa totalidade contraditória é o de discurso,

especialmente articulado ao conceito de ideologia. Nesse sentido, é importante assinalar que, entre os autores lidos, a linguagem não é problematizada de maneira adequada, sendo relegada ao papel de um instrumental da comunicação, pelo que se deixa de reconhecer a sua centralidade para a ação e interação de sujeitos inscritos nas relações sociais. Recorre a Goffman (1977) para ilustrar. O autor destaca a importância dos sistemas de identificação lexicais (pronomes de tratamento, por exemplo) para a dinâmica das relações sociais de gênero. Entretanto, a potencialidade da análise do discurso para o adensamento desse *frame*, entretanto, vai além da identificação de marcadores de desigualdade na linguagem, mas implica na compreensão das práticas linguísticas como faceta privilegiada de práticas sociais.

- Cf Beatriz Sanchez, “o silêncio de Kergoat sobre a dimensão racial da divisão sexual do trabalho é incômodo.” (uma constatação que ela provocativamente completa com um contrapondo, reconhecendo a novidade dos debates abertos por Goffman, em plenos anos 1970’s)

Como seria possível prolongar essa discussão proposta por Beatriz Sanchez, desdobrando-a? Sem querer advogar em causa de Kergoat, sugiro um argumento algo diferente. Nos anos 2000, já com o “Black Feminism” fazendo furor no mundo norte-americano (e de certa forma anglo-saxão) pondo no centro do debate a noção de interseccionalidade das formas de desigualdade e opressão, Kergoat – mesmo sem referir “a dimensão racial da divisão sexual do trabalho” (para usar a construção de Beatriz Sanchez) - vai nos oferecer uma saída analítica para que se possa contemplar as mais diferentes relações sociais de dominação/opressão. Senão vejamos. Kergoat termina seu texto (pg 74-75) com um conjunto de proposições analiticamente fortes e, eu diria, ainda perfeitamente contemporâneas (mais que 15 anos depois de publicadas). Tais proposições criam a possibilidade, ou melhor, para ser fiel ao argumento da autora, estabelecem a necessidade de incluir-se na análise as dimensões várias em que se emarcam as relações de dominação homem-mulher (e certamente, a racial é uma delas, estruturante em distintos contextos sociais). Retomo essas proposições mesmo sob o risco de que elas tenham sido já referidas por Helena na primeira parte da aula, a saber:

- (i) Considerar-se apenas o elo de dominação homem-mulher e as lutas contra ele é insuficiente (grifo meu) para tornar inteligíveis a diversidade e a complexidade das práticas sociais masculinas e femininas;
- (ii) afirmar (como corretamente foi feito em momento anterior do debate do campo na França, e veremos também no Brasil) a transversalidade das relações sociais de sexo (...) é insuficiente (de novo, grifo meu), se não se soma a esta uma outra afirmação, a saber, o reconhecimento de que existe uma interpenetração constante das diversas relações sociais.
- (iii) isso porque, as relações sociais são consubstanciais.

(iv) Desse modo, há que trabalhar em conjunto sobre a totalidade do social sem nos apressarmos em buscar a “boa” relação social ou a “boa” identidade individual ou coletiva.

(v) Ademais, considerar que essas relações sociais não evoluem no mesmo ritmo no tempo e no espaço permite-nos perceber ao mesmo tempo a complexidade e a mudança.

(vi) Sua conclusão, que desafia a atual ordem do dia acadêmica é de que, desse modo, as categorias sociais – evidentemente sempre definidas pelos dominantes – explodirão, dando espaço a um conjunto móvel de configurações nas quais os grupos sociais se fazem e desfazem e os indivíduos constroem sua vida por meio de práticas sociais muitas vezes ambíguas e contraditórias.

- Fernanda Haag vai ampliar o argumento de Kergoat refletindo sobre a possibilidade de tratarmos de uma divisão sexual que transcende o trabalho e, de diferentes formas, em diferentes sociedades, alcança também o lazer, o lúdico – marcando as chances diferenciais de homens e mulheres

- Julia Neiva ainda a propósito de Kergoat propõe que se discuta a possibilidade de conciliar as análises sobre trabalho doméstico e trabalho assalariado, sem incorrer no risco alertado por Kergoat de tratar o primeiro como complementar ao segundo, ou seja, de modo que não se perca o sentido subversivo do conceito de divisão sexual do trabalho. Seria possível conciliar as duas abordagens?

- Julia Brandão retoma o tema da conjuntura brasileira atual, procurando ligá-lo ao objeto dos debates nessa aula por meio de pelo menos duas vias:
 - (i) Quais as perspectivas que as alterações - flexibilizações - nos direitos trabalhistas colocam no que diz respeito aos “nomadismos sexuais”?
 - (ii) Será que a flexibilização e precarização do trabalho que se afiguram no horizonte brasileiro irá incidir no aumento dos estereótipos que sustentam as relações sociais de sexo?

3. Em torno da conexão com os textos optativos, notadamente com o texto de Fausto-Sterling (mas também Hakim e Varikas)

- Cf. Cecilia Barreto: “observei uma tensão em compreender, na divisão sexual do trabalho e nas relações sociais de sexo, o papel de diferenças biológicas e de construções sociais”

Num excelente link entre leituras obrigatórias e optativas, Cecilia levanta pontos muito bons para debate:

- (i) Fazendo o argumento de Goffman dialogar com o de Fausto-Sterling – e cito (mesmo se longa a citação, mas vale pois apenas Helena e eu lemos o informe): *“GOFFMAN, já no início de seu texto, aborda a questão da designação de gênero (binária) a partir da genitália das crianças, no nascimento. Em relação com meu tema de pesquisa – transexualidade e travestilidade – este é um dos momentos mais violentos, pois a partir desse momento, a ciência e a linguagem criam, por meio de poder, uma realidade, que orienta e é orientada pelos papéis sociais atribuídos a cada gênero. Mas o que fazer com as crianças que nascem intersex, isto é, com características gonodais (genitais), cromossômicas ou hormonais que não permitem definir um “sexo”? (FAUSTO-STERLING). Ou, ainda, o que acontece quando as pessoas erroneamente designadas “mulheres” ou “homens” ao nascer manifestam que o gênero com o qual se identificam não corresponde àquele imposto socialmente a partir de suas genitais? E o caso das pessoas que não se identificam necessária e estaticamente com um único gênero, subvertendo a binariedade mulher-homem (pessoas não-binárias)?”*
- (ii) E, mais uma vez desafiando o argumento de Goffman, afirma: *“Ainda no sentido de universalizar experiências de forma não cuidadosa, quando GOFFMAN vai falar sobre homens cortejando mulheres, ela indica que haveria a crença (em sociedades ocidentais) de que mulheres são preciosas, ornamentais e frágeis, devendo ser poupadas de trabalhos que exigem esforços musculares ou riscos. Imediatamente lembrei-me do discurso de Sojourner Truth: Ain't I a Woman?. Nele, ela afirma que homens dizem que mulheres precisam ser ajudadas e protegidas, mas que ninguém nunca a ajudou a entrar em carruagens ou a passar por poças de lama; então, não seria ela uma mulher?. Gostaria, pois, de localizar o discurso do mito de que mulheres seriam frágeis e merecedoras de proteção e cuidado, que é apenas válido quando falamos de mulheres brancas”.*
- (iii) Por ultimo, comentando Hakim, afirma *“causou-me algum desconforto as reflexões sobre “verdadeiras mentiras”, feitas no texto de HAKIM. Quando ela trata de momentos como “mudanças de sexo (...) sua generalização ignora as dificuldades e as discriminações para além das questões de gênero – homem/mulher,*

mas também de identidade de gênero – cisgeneridade/transgeneridade”.

- Ticiane Natale reflete sobre argumentos de Kergoat e de Hakim. Diz ela: **Kergoat** se refere à heterogeneidade de interesses econômicos das mulheres. Já **Hakim** fala da heterogeneidade de interesses/ atitudes das mulheres no sentido de que boa parte vê o trabalho doméstico como prioridade em suas vidas, enquanto outra parte tem como foco a carreira no mercado. Seria possível, pergunta Ticiane, estabelecer uma relação entre essas duas conclusões? Por exemplo, aquelas de trabalho mal remunerado não seriam, em parte, aquelas que “priorizam” (por vontade ou não) o trabalho no lar e só podem arranjar um trabalho informal, sem carteira, sem jornada etc., para conciliar com as tarefas do lar? Ou existem, de fato, dois níveis demarcados e de grandes proporções de heterogeneidade?

- Sobre Fausto-Sterling Ticiane se/nos indaga: A partir da leitura do texto, depreende-se que romper com a noção binária de sexos, seguindo para o reconhecimento de variados sexos, faria com que toda a construção de papéis de gênero fosse questionada/ rompida também. No entanto, vendo a questão das travestis, por exemplo, lhe parece que é mais fácil surgirem novos gêneros, hierarquicamente organizados, com o poder do macho “típico” ainda no topo, do que uma ruptura com essa diferenciação desigual entre as pessoas.

- Patricia Maeda se coloca uma outra questão igualmente interessante: apesar de o grupo social de homens e o de mulheres não se confundirem com a “dupla categorização biologizante machos-fêmeas”, como contemplar quem não é identificado ou não se identifica com esse binarismo? Se formos pensar no grupo social de homens como o UM, a norma, todos os demais pertenceriam ao grupo social de mulheres? Não seria melhor pensarmos em outros termos? A divisão social do trabalho percebe o grupo dos não heterossexuais nem cisgêneros, como uma forma de, no dizer de Kergoat, “ ir mais além de uma simples constatação de desigualdades”? Isso não alargaria o desafio de articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades”?

- Luri acrescenta um comentário bastante instigante, interpelando Goffman e Kergoat à luz das ideias de Fausto-Sterling. Vejamos como ele constrói seu argumento.
Luri retoma de Goffman uma ideia chave: conquanto concorde que o sexo é um elemento central na construção das relações e estruturas sociais, este

autor logo sublinha que não são nem o dimorfismo sexual e nem a diferença entre os sexos os fenômenos que devem ser explicados pela Sociologia, mas sim a forma como essa diferenciação se estabelece a partir do entendimento social acerca dessa diferença de formas. Dito de outro modo, a existência de dois órgãos sexuais distintos, faz com que haja uma diferença de tratamento, criando ideais de masculinidades e feminilidades que devem ser seguidos. Desse modo, os indivíduos criam expectativas de que eles têm que se enquadrar nessa “classe sexual” na qual são alocados, ou seja, se enquadrar nas identidades de gênero.

Não muito distante disso, estaria Kergoat quando trata dos dois princípios organizadores: o da separação, que difere o trabalho de homens (produtivo) do de mulheres (reprodutivos) e o princípio da hierarquização, em que o trabalho do homem vale mais do que o trabalho da mulher. Isso une esses dois autores.

Todavia Fausto-Sterling mostra que o dimorfismo sexual não é, na verdade, um dimorfismo antagônico; que existem pessoas com corpos que podem ser lidos biologicamente como macho, fêmea, os dois, ou nenhum. Isso nos põe, segundo Luri, diante de um novo ponto para debate, extremamente interessante, qual seja, o de refletir sobre como se deu a produção histórica da verdade do dimorfismo como sendo natural e absoluto.

Parece óbvio, então, cf Luri, que o gênero e o sexo são elementos construídos para padronizarem e dividirem os indivíduos e, como alerta Kergoat, hierarquizar-los também. A questão é: Se entendemos socialmente como se deu, porque há a reprodução desses padrões?

Sem prejuízo de considerar o argumento de Fausto-Sterling, Luri comenta que o sistema sexo-gênero é um sistema cultural, ideológico e materialmente construído e que se aplica sobretudo ao corpo das pessoas. A base material importante que deve ser considerada é o corpo, no qual se efetua a inscrição (incorporação como diria Bourdieu) dos hábitos, técnicas, pensamentos, etc de normalidade de cada gênero. Por estarem incorporadas, essas características socio-culturais são naturalizadas.

- Maria Celeste agrega: se a biologia é o destino – como entende-la frente à colocação de Fausto-Sterling acerca da existência de um “corpo intersexual”?
- Mariana Mazzini traz comentários interessantes a respeito deste debate, Assim, chama a atenção para que:
 - (i) O deslocamento da diferenciação biológica entre mulheres e homens para uma construção social do feminino e do masculino foi o cerne do delineamento conceitual das relações de gênero (ao modo, por exemplo, de SCOTT, 1995).
 - (ii) Mais adiante, partindo da crítica à heterossexualidade compulsória e ao falocentrismo, autoras como Butler (2015), questionaram a matriz de intelegibilidade que articula, por meio de uma série de equivalência, sexo, gênero e desejo.

(iii) Já Fausto-Sterling (1995) se propõe a partir do biológico para questionar o sistema sexo/gênero, por meio de uma reflexão acerca do intersexo.

(iv) Ora, tomando como base essas diferentes provocações teóricas, Mariana indaga em que medida as mesmas poderiam contribuir para repensar os fundamentos do conceito de gênero das teóricas feministas materialistas e, ainda, se isso vem sendo feito. Em caráter provocativo e ilustrativo, sugere uma agenda tentativa, por exemplo: pensar como uma mulher trans, bissexual se inscreve nas relações sociais de gênero, como se manifesta a divisão sexual do trabalho nas práticas desenvolvidas por famílias constituídas por mulheres lésbicas, ou, ainda, se há aspectos particulares da inserção laboral de mulheres e homens trans que deveriam ser considerados pela sociologia do trabalho.

- Paula Figueiredo associa um ponto suscitado por Goffman ao debate acerca dos transgêneros. Refletindo a respeito do poder exercido sobre mulheres por outras mulheres, recorre à leitura feita por Goffman a respeito da divisão dos banheiros entre masculinos e femininos não como uma consequência da diferença entre os sexos, mas como forma de honrar e mesmo produzir esta diferença. Isso a remeteu à questão da transexualidade. Os extensos e polarizados debates travados – por escrito – nas portas dos banheiros da FFLCH exemplificariam, segundo Paula, o quanto, mesmo para parte das próprias feministas, mulheres transexuais não são bem-vindas nem reconhecidas da forma como se identificam. Ou seja, e pensando de forma mais geral, há casos em que a questão da diferença aparece ainda mais marcada e parece girar em torno do reconhecimento da própria existência enquanto sujeito.
- Já José indaga: Sabendo que gênero é uma construção social, e não biológica, qual seria a profundidade transformadora de uma contestação das diferenças biológicas para a promoção de uma igualdade de gênero? Qual a centralidade dessa base material para a perpetuação da atual construção social? Ademais, seria possível uma crítica da desigualdade de gênero que não passe também pela crítica da desigualdade social (e vice-versa)? Assim, por exemplo, diz José, o aumento de mulheres em altos cargos empresariais, por exemplo, não teve como consequência o fim da divisão sexual do trabalho e a contestação do trabalho reprodutivo, mas a delegação do trabalho reprodutivo à figura da empregada doméstica, geralmente mulher e negra ou imigrante, reafirmando a divisão já existente.
- Ivana Oliveira discute a partir do texto de Eleni Varikas, e retive para o nosso debate um ponto que me pareceu provocativo e, se o discutirmos, elucidaremos melhor certas categorias. Eleni, remetendo-se a Nicole-Claude Mathieu firma que “o abandono de toda distinção entre sexo e

gênero conduz o risco de naturalizar o gênero” (228). Para Ivana a crítica não fica muito clara uma vez que, a seu juízo, a proposta de compreender o sexo como categoria subsumida no conceito de gênero, visaria justamente desnaturalizar o sexo, compreendendo o saber sobre as diferenças sexuais também como construção social. Ora, diz Ivana, sendo assim, como entender que isso possa implicar em uma naturalização do gênero?